

“Quebrei o teto de vidro ao ser eleita”

A futura presidente do STM pretende implementar ações que ampliem a presença feminina no Judiciário. Após o “doloroso” processo eleitoral entre os pares — episódio inédito na Corte —, ela confia nos méritos pessoais para presidir a Casa

» ANA MARIA CAMPOS
» CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
» ANA DUBEUX

A ministra Maria Elizabeth Rocha toma posse nesta quarta-feira como a primeira mulher eleita para exercer a presidência do Superior Tribunal Militar (STM). Única presença feminina em 217 anos de história de uma Corte integrada por 14 homens, a mineira de Belo Horizonte está acostumada a divergir e ser a voz dissonante no plenário. Como presidente do STM, pretende dar mais voz às minorias e ampliar o espaço de poder às mulheres.

Nomeada pelo presidente Lula em 2007, a ministra completou 18 anos no STM neste sábado (08), Dia da Mulher. Sua posse marcará a diferença. Enquanto as solenidades ocorrem na área aberta em frente ao prédio do STM, com toldos montados para a ocasião, Maria Elizabeth vai assumir em evento que ocorrerá na recém-reinaugurada Sala Martins Pena, no Teatro Nacional.

Valores como transparência, diversidade e defesa da democracia, pilares que a ministra pretende imprimir no tribunal. A programação inclui a apresentação de artistas que reforçam o prestígio à diversidade que o mandato focará. Um dos destaques é a soprano brasileira Aida Kellen, que entoará a versão em português do Hino Nacional. O nosso hino será cantado também em língua Tikuna, por Djuena Tikuna, cantora indígena brasileira nascida no Alto Solimões.

Maria Elizabeth assume depois de uma eleição, em 5 de dezembro de 2024, que rachou o plenário. Foram sete votos a seis, quando tradicionalmente nunca há disputas. A ministra culpa o patriarcado que leva o Judiciário brasileiro a um perfil de magistrados majoritariamente de homens, brancos, heterossexuais, de classe média. “Não vou negar, foi doloroso”, diz. Mas a ministra confia na formação profissional e no compromisso com a legalidade para enfrentar as adversidades.

A presidente do STM tem uma visão particular do premiado Ainda estou aqui. O cunhado dela também foi vítima de torturadores, assim como o deputado Rubens Paiva. “A ditadura não escolhe as vítimas”, diz. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista.

Qual é o significado da sua chegada à presidência do Superior Tribunal Militar (STM), a primeira mulher a ocupar o cargo?

Eu acho que é a ascensão das mulheres. Foi uma vitória de todas as mulheres que ainda têm muitas dificuldades em ascender nos espaços de poder. Eu costumo dizer que quebrei o teto de vidro. Mas não é um teto, é uma casa inteira. São paredes, janelas, portas que são colocadas a nós, mulheres, de forma que nós não possamos ingressar ainda em espaços ocupados prioritariamente pelos homens. Então, nesse sentido, eu acho que a minha posse representa uma vitória do feminismo e do feminino. E é isso que eu vou buscar, focar dentro da minha gestão como presidente do STM, priorizar segmentos minoritários, afinal de contas eu sou a única mulher da Corte em 218 anos, outras poderiam ter vindo e não vieram, porque não foram indicadas. Então, eu procuro, como sempre digo, ser a voz não apenas das mulheres, mas das minorias que ainda são invisibilizadas e silenciadas dentro de um Estado androcêntrico e patriarcal.

Por que mais vagas em tribunais superiores precisam ser ocupadas por mulheres?

Para que o princípio da isonomia se efetive. A ideia da equidade, prevista na Carta Política, é uma garantia que está apenas formalizada na letra da lei. Não tem se efetivado nem se concretizado na prática. Então é fundamental pelo menos que se preserve os assentos femininos que já existem — porque a ideia seria aumentá-los. O que nós estamos vendo, lamentavelmente, é que eles estão cada vez mais diminuindo. Tenho pedido ao presidente Lula, como mulher, como magistrada, ao presidente que me indicou, que faça isso pelas minhas colegas que também estão aguardando uma possibilidade de integrar o Poder Judiciário e, muitas vezes, têm as suas ascensões obstruídas simplesmente por uma questão de

gênero. (O presidente Lula indicou ontem a advogada Verônica Abdalla Sterman para a vaga remanescente no STM. Leia matéria na página 4)

Que medidas efetivas a senhora enxerga para reduzir esse teto que impede a ascensão das mulheres em cargos de liderança?

A adoção de políticas públicas afirmativas. Isso é fundamental. E eu dou dois exemplos básicos dentro do Poder Judiciário. A resolução 255, que é a resolução da paridade, que implementou a promoção de mulheres desembargadoras do Tribunal de Justiça, do Tribunal Regional Federal, por merecimento, porque por antiguidade isso não é possível; e também o protocolo para julgamento com perspectiva de gênero. Participei de ambas as construções e são medidas inclusivas, exatamente para que, nos julgamentos, o olhar de gênero seja privilegiado pelo magistrado e que as promoções busquem a paridade. E quando eu falo em paridade... A resolução diz em 40, 60, no mínimo. Então, não é exatamente uma paridade, mas é um começo. Da minha parte, é o que eu tentarei fazer aqui também. Eu vou criar uma assessoria de gênero, raça e minorias. E buscar trazer a diversidade para dentro de casa, porque não basta apenas falar. É preciso fazer.

A senhora atua num tribunal tradicionalmente masculino. É a única mulher no plenário. Na sua eleição, houve uma quebra de tradição. Em todas as eleições há consenso, mas, na sua vez, teve uma disputa. Como a senhora se sentiu?

Eu me senti quebrando todos os obstáculos. E é como eu digo, eu quebrei o teto de vidro. Mas os estilhaços não caíram sobre mim. Caíram sobre uma sociedade patriarcal e que estigmatiza seres humanos. Eu me sentia incluída no tribunal e descobri que não era. E mais do que isso, descobri que também não era tolerada.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Felizmente, o golpe não se consumou. E, justiça seja feita, não se consumou em razão de as Forças Armadas não terem aderido. O Exército e a Aeronáutica se opuseram firmemente. Mas a grande lição que fica é que a democracia é e sempre será um projeto inacabado. É um pacto intergeracional que nós temos que cuidar, que temos que zelar”

Porque eu ganhei por um voto e ganhei pelo meu voto. E eu costumo dizer que não foi o meu voto, mas o voto de todas as mulheres que são preteridas, segregadas, estigmatizadas dos cargos públicos, das possibilidades de acesso e das chances de ascensão. Eu esperei 18 anos para me tornar a presidente desta Casa. E quando chegou a minha vez de disputar uma eleição que praticamente é um referendo em todos os tribunais, porque a tradição é a antiguidade, comigo essa regra não prevaleceu. Estou aqui lutando pela nova geração de mulheres, por aquelas que virão depois de nós, porque, afinal, eu tenho certeza de que as minorias continuarão lutando, mas que as lutas sejam outras. Não é possível que as lutas que eu estou lutando hoje sejam as mesmas que as jovens mulheres lutarão no futuro.

Pensou em desistir?

Eu nunca desistiria de disputar essa eleição. Eu perderia no voto, mas não desistiria porque penso que nós, mulheres, não temos o privilégio de desistir de nada. Temos o compromisso da sororidade. Por isso é que eu busco uma outra mulher para esta Corte. Por isso eu clamamos ao presidente Lula que indique uma outra mulher e nós temos que abrir caminho às gerações futuras. É a nossa missão, o nosso dever, o nosso compromisso.

Acredita que pode ter algum tipo de problema na presidência depois desse embate da eleição?

Eu terei dificuldades, com certeza, porque um presidente pode muito, mas não pode tudo. Mas eu também conto com o apoio

de sete homens que votaram em mim. Eu não cheguei sozinha, cheguei com o apoio das mulheres, inconscientemente e no coletivo, e cheguei também com o apoio de sete homens que votaram em mim e me elegeram. Sei também que tenho aqui ministros filógenos, com quem posso contar com o apoio. E eu, com certeza, farei uso deles, porque eu necessito. Não somos nós, vivemos numa sociedade. E para que possamos extirpar essas segregações, precisamos, homens e mulheres, trabalharmos juntos. Sozinhas, as mulheres não conseguem nada; unidas conseguem muito. Com os homens, conseguirão tudo.

A que a senhora atribui esses votos contrários?

Ao patriarcado, claramente. Um estudo estatístico indica que o Poder Judiciário pátrio é formado majoritariamente por homens, brancos, heterossexuais, de classe média. Esse é o perfil da magistratura brasileira. E como eu exerci o mandato-tampão, eu acho que no inconsciente daqueles que votaram contra mim, eu já havia sido contemplada com a presidência. Só que não é bem assim. A Loman, que é a Lei Orgânica da Magistratura, dá direito ao magistrado que exerceu o mandato-tampão, que foi o meu caso, de exercer a magistratura plena de dois anos. Então, eu tenho para mim que o fato de eu ser mulher, de pensar diferente, de não me render a uma unidade, tudo isso contribuiu para que houvesse, vamos dizer assim, oposições à minha eleição.

Como vê o debate sobre a trama golpista envolvendo militares?

Como todo brasileiro, vejo com muita preocupação. Felizmente, o golpe não se consumou. E, justiça seja feita, não se consumou em razão de as Forças Armadas não terem aderido. A exceção do almirante Garnier, que foi denunciado, o Alto Comando da Marinha sequer tinha conhecimento dessas conjecturas, dessas conjurações. O Exército e a Aeronáutica se opuseram firmemente. Mas a grande lição que fica é que a democracia é e sempre será um projeto inacabado. É um pacto intergeracional que nós temos que cuidar, que temos que zelar. Então, um grande amigo, quando a democracia se despede, ela não costuma dizer adeus. E nós só nos damos conta de que ela foi embora quando ela já partiu. Então, é necessário estar atento. A vigilância tem que ser permanente.

O que pensa da anistia defendida pelos golpistas?

Com relação a da anistia já, eu reconheço que algumas penas que estão sendo impostas são muito elevadas. Mas, acho que ainda é um pouco precipitado se falar em anistia, na medida em que nem os réus todos foram julgados. Não há ainda um julgamento de todos os autores e todos os perpetradores dos delitos no 8 de janeiro. Então não é o momento para se discutir esse tipo de benesse estatal.

A senhora estava aqui no 8 de janeiro?

Eu estava em Brasília. Coincidentemente, era aniversário do

meu irmão. E eu estava em casa, com o meu irmão, com a minha família. Só à noite, quando liguei os noticiários, é que tomei conhecimento do que havia ocorrido. O mais terrível de tudo isso é que, quando revi as cenas de destruição, um ano depois, me horrorizei mais até do que no momento em que assisti. Num primeiro momento, o que me pareceu foi uma baderna. Só mais tarde, tomando conhecimento dos fatos, com as denúncias sendo oferecidas, enfim, e com as informações sendo descortinadas pela imprensa, é que eu me dei conta do que realmente se tratava. E eu, cada vez que vejo, me horrorizo. Quando eu penso naquele Di Cavalcanti maravilhoso, esfaqueado 10, 15, sei lá quantas vezes, aquela destruição de obras de arte...

Se fosse uma pessoa, teria morrido.

Sim. Mais do que um golpe, foi uma tentativa de aniquilação do Estado. Quando destruíram os Três Poderes, o que se queria, ao fim e ao cabo, não era nem um golpe. Queria-se aniquilar o Estado brasileiro. Eu nem diria anarquia, porque eu sempre vi os anarquistas com bons olhos, pelo menos quando li Zélia Gattai. E eu pergunto: fora do contrato social, qual é a saída? Qual a possibilidade civilizatória que nós temos? Nenhuma. O Estado ainda é a melhor garantia de sanidade das sociedades políticas bem ordenadas. Ele tem suas falhas, seus erros, merece correções. Mas não vejo, como constitucionalista e magistrada, outra alternativa fora do contrato social, fora do que a Constituição determina.



Acesse o QR Code e assista à entrevista completa